

1 CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL
2 ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
3

4 Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de dois mil e dezesseis, as nove horas, na ESCOLA
5 DE GOVERNO DO DF – SGO Q. 01, AE 01 – BRASÍLIA/DF, Brasil ocorreu a 23ª reunião
6 extraordinária do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH/DF, sob a
7 seguinte pauta: **1. Ordem do dia: a) Assinatura das ATAS da 20ª R.E e 20ª R.O do CRH; b)**
8 **Apresentação da minuta do Projeto de Lei sobre o Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE;**
9 **e 2) Informes.** Não havendo quórum para a abertura em primeira convocação, a mesma foi
10 aberta em segunda convocação. Fizeram-se presentes o Secretário de Estado de Meio
11 Ambiente do Distrito Federal, presidente do Conselho, senhor ANDRÉ RODOLFO DE
12 LIMA, que presidiu a reunião, e os seguintes Conselheiros (as): MARIA SILVIA ROSSI
13 (SEMA), DIEGO BERGAMASCHI (SINESP), MAGAYVER DAYAN AFONSO SILVA
14 (SES), JOÃO CARLOS RESENDE SOARES DA ROCHA (SEDES), MÁRCIO DE
15 CAVALCANTE DE VASCONCELOS (SSP), JANE MARIA VILAS BÔAS (IBRAM),
16 VANDETE INÊS MALDANER (IBRAM), RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL
17 (CAESB), MARIA DO CARMO MAGALHÃES CÉZAR (CAESB), Tem. QOPM
18 ROGÉRIO BRITO DE MIRANDA (PMDF), RAFAEL MACHADO MELLO (ADASA),
19 ALBA EVANGELISTA RAMOS (ADASA), IGOR MEDEIROS DA SILVA (ADASA),
20 ALINE REZENDE PEIXOTO (IBAMA), MANOEL ALESSANDRO MACHADO DE
21 ARAÚJO (IBAMA), LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (Fórum ONGs),
22 MÔNICA VERÍSSIMO DOS SANTOS (Fórum ONGs), CARLOS AUGUSTO
23 GUIMARÃES BAIÃO (FECOMERCIO), ANA PAULA DIAS MACHADO DE C. PESSOA
24 (FIBRA), e TEREZINHA LIMA (UNICA). Os demais Conselheiros (as) não justificaram
25 ausência. Participaram como convidados: Murilo Lins Ramos e Souza (SEMA), Alessandra
26 Mendonça (FIBRA), Ludmyla Castro e Moura (SEMA), Vanessa Cortines Barrocas (SEMA),
27 Lianez Padilha (VIA ENG), Maurício Laxe (MMA), Marcos de Lara Maia (EMATER/DF). O
28 presidente do Conselho deu por aberta a 59ª reunião extraordinária do CONAM-DF,
29 procedendo com o **item 1 da pauta**. As atas foram aprovadas por unanimidade e assinadas na
30 reunião. O presidente prosseguiu com o item 1b da pauta. Ele destacou que a comissão coordenadora
31 do ZEE chegou à uma minuta do texto base que irá compor a minuta do anteprojeto de lei do ZEE. A
32 minuta também está sendo discutida no comitê político do governo. Em paralelo estão sendo
33 realizadas as consultas públicas (ex: em Sobradinho, Samambaia, P. Piloto). Esclareceu que a
34 coordenação do ZEE optou por não apresentar o Projeto de Lei – PL no último dia desse exercício e
35 com isso ganhou mais tempo para fortalecer o debate, receber contribuições nas audiências públicas e
36 finalizar o documento. Lembrou que a ideia é aprovar na Câmara Legislativa na semana de meio
37 ambiente, em junho de 2017 e que esse tema já vem sendo discutido em ambos os conselhos
38 (CONAM e CRH). Esclareceu que o ZEE é uma das contribuições mais estruturantes pra a política
39 ambiental do DF, porque tem reflexos e impactos em diferentes ações do governo e na sociedade,
40 refletindo, não só nos atos autorizativos por licenciamento ambiental e outorga, mas também, no
41 planejamento, no debate interno de governo sobre prioridades e expectativas, e ainda, agilizando e
42 qualificando o trabalho de planejamento, licenciamento, fiscalização e monitoramento ambiental.
43 Acrescentou que o ZEE será uma referencia objetiva para o desenvolvimento sustentável do DF. O
44 instrumento, ainda que aprovado, não será um produto pronto e acabado. A ideia é que ele siga, a
45 partir dos desafios de sua implementação, monitorado e qualificado com novos estudos. O presidente
46 lembrou que o DF entrou num processo de qualificação da gestão territorial e ambiental a partir do
47 ZEE e que isto é uma tarefa com grandes desafios, como será sua aprovação na Câmara Distrital.
48 Acrescentou que o primeiro grande desafio do projeto será essa rodada de debates na Câmara
49 Legislativa. Esclareceu que a coordenação do ZEE está se preparando para isso, por meio de reuniões
50 e conversas bilaterais com vários segmentos, a exemplo, recentemente, se reuniu com mais de sessenta
51 técnicos e pessoas que trabalham com tecnologia no DF para captar contribuições. A equipe de
52 coordenação do ZEE também está trabalhando para buscar mais legitimidade para chegar na Câmara
53 Legislativa com as opiniões de governo mais convergentes. Passou a palavra para a equipe de
54 coordenação do ZEE. A subsecretária Maria Sílvia e a coordenadora do ZEE Ludmyla proferiram a
55 apresentação que teve por objetivo apresentar o texto de referência para o anteprojeto de lei do
56 ZEE/DF. Prosseguiu com a apresentação das obrigações legais para o ZEE, no âmbito distrital e

23ª Reunião Extraordinária – CRH/DF




57 federal. Apresentou as vocações para cada porção do DF, que foram definidas com base nos desafios e
58 potencialidades ambientais e socioeconômicas. Lembrou que as possibilidades e desafios ambientais
59 são tratados como riscos ecológicos e que as possibilidades e desafios econômicos são trabalhados
60 com foco na necessidade de diversificação da base produtiva do DF. Esclareceu que a parte ecológica
61 tem foco em serviços ecossistêmicos e capacidade de suporte e a parte econômica tem foco na
62 diversificação da base produtiva e inclusão socioeconômica. Lembrou que o objetivo geral do ZEE é
63 promover a sustentabilidade no Distrito Federal, nas dimensões social, econômica, ambiental e
64 político institucional, por meio de compatibilização do desenvolvimento socioeconômico inclusivo
65 com a funcionalidade ecológica, em favor das presentes e futuras gerações. Entre os objetivos
66 específicos está a diversificação da matriz produtiva com inclusão socioeconômica, de modo
67 compatível com a capacidade de suporte ecológica do território e de incorporar a avaliação dos riscos
68 ecológicos nos instrumentos formais de planejamento e gestão pública e privada, para a garantia dos
69 serviços ecossistêmicos. A apresentadora informou que no contexto do ZEE, o DF foi dividido em
70 duas grandes zonas, ambas com potencial econômico se diferenciando pelo grau de permeabilidade do
71 solo. Para a definição da subzona de disponibilidade hídrica (quantidade) foram definidos os seguintes
72 indicadores: comprometimento da vazão outorgável, comprometimento da vazão remanescente
73 medida no rio e comprometimento dos lagos. Para a definição da subzona de disponibilidade hídrica
74 (qualidade) foram definidos os indicadores: atendimento ao enquadramento, grau de
75 comprometimento da qualidade da água no DF. Foram apresentadas as 13 subzonas do DF e as formas
76 como serão exploradas as potencialidades econômicas do DF. Por fim, chamou a atenção para o portal
77 do ZEE, para o item “consulta pública”, e pediu a colaboração de todos para o fortalecimento e
78 enriquecimento do documento que deve ser construído com a participação de todos. O presidente da
79 reunião submeteu o texto base do projeto de lei à discussão dos conselheiros. O Conselheiro
80 Mourão/Fórum de ONGs perguntou qual a possibilidade, do ponto de vista técnico jurídico, de
81 alteração no processo legislativo desse documento, tendo em vista que se trata de um projeto de
82 iniciativa do executivo. Declarou estar preocupado com a forma adotada para elaborar o ZEE, visto
83 que vários instrumentos terão que ser criados para que ele possa ser implementado. Se não tiver
84 critérios de permeabilidade o instrumento fica frágil. O presidente do conselho informou que pediu ao
85 jurídico/SEMA, fazer um estudo de jurisprudência que mostre como está o Judiciário em relação ao
86 zoneamento, como forma de fortalecimento jurídico para o debate. Argumentou que é preciso entender
87 até que ponto o legislativo pode alterar as proposições técnicas de competência originária do
88 executivo. A SEMA está atenta a isso, razão pela qual procura apresentar um instrumento com
89 qualidade. Para isso, está ampliando ao máximo essa discussão para que a sociedade incorpore e
90 participe no momento de embate. Com relação à regulamentação da implementação do zoneamento,
91 trata-se de um processo. A coordenação do ZEE trabalha o documento não como um produto
92 finalizado. A visão da coordenação é que o ZEE seja a estrutura básica de um processo, e que as outras
93 partes do processo sejam trabalhadas por meio de resoluções, sobretudo, em ações programáticas.
94 Lembrou que o zoneamento não é só uma lei mas um programa que se dá com base em uma norma,
95 mas não é exclusivamente normativo. O ZEE irá orientar o desenho de uma série de programas para a
96 sustentabilidade. Além de resoluções, muitas vezes serão necessários projetos, estudos, normas,
97 diretrizes, etc. O ZEE é uma base, a partir da qual se busca evoluir na esfera ambiental. A conselheira
98 salientou que embora este conselho trabalhe a parte política, também examina a parte técnica, sendo
99 importante trabalhar isso aqui, antes de ir para as audiências públicas. Salientou ainda, que sua
100 experiência com o Plano Diretor e outros instrumentos mostrou que audiências públicas não
101 funcionam se não forem trabalhadas as pessoas antes da audiência, visto que o Brasil não tem tradição
102 em mostrar, antes das audiências, para que serve os trabalhos que serão examinados nas audiências.
103 Lembrou que nem o PDOT nem o ZEE trazem a solução para todos os problemas. A partir do mapa
104 geral apresentado, a conselheira, questionou se foi pensada a forma como isto será apresentado à
105 sociedade civil. A seguir, apresentou algumas questões que podem evitar problemas quando o projeto
106 for examinado na Câmara Legislativa e para evitar que alguns pontos sejam judicializados junto ao
107 Ministério Público, visto que neste momento, o ZEE já apresenta questões que dão condições de
108 judicialização. Lembrou que estas questões já foram por ela alertadas anteriormente. Alertou que a
109 sociedade civil trabalhou muito para que este instrumento do ZEE chegasse a este nível de discussão, e
110 para que não aconteça o que aconteceu com o PDOT, que foi várias vezes parado na justiça, pela
111 sociedade civil, para adequações que poderiam ter sido implementadas na época de sua elaboração
112 inicial, a exemplo de questões vindas do PDOT, que já eram problemas lá, e que estão colocadas no
113 ZEE replicando o problema. Lembrou que 93% do DF é unidade de conservação e não viu no ZEE
114 nenhum mapa com as zonas de unidades de conservação. Este trabalho já foi feito pelo Greentech,

115 que, há época listou todos os zoneamentos de Unidades de Conservação que existe legalmente.
116 Exemplificou apontando no mapa uma área que é Zona de Preservação da Vida Silvestre, da APA
117 Cabeça de Veado. Alertou que a base a ser utilizada deve ser a de 1:10.000 para evitar conflitos.
118 Porque se for usado o mapa na escala que está, traduz-se que toda a área do aeroporto vai acontecer.
119 Esta área é restritiva do ponto de vista da APA, já aprovada pelo conselho da APA. Lembrou que este
120 mesmo elemento de avaliação parou por dois anos a obra da segunda pista do aeroporto porque pegava
121 uma parte da Zona de Vida Silvestre. Alertou que o ZEE está colocando dinamização nesta área.
122 Continuou a explanação apontando outra área no mapa que, quando aplicado o zoom se percebe que
123 está dentro da área do Parque Nacional e não só a reserva da Contagem. É preciso ir no SIG e tirar
124 tudo que é Unidade de Conservação - UC, tudo que é Área de Proteção de Mananciais – APMs e as
125 Áreas de Proteção. Lembrou que ela mesma já fez um trabalho de recategorização das unidades de
126 conservação, que foi citado no ZEE mas não foi usado. Lembrou que no seu trabalho foi analisado,
127 desde 1953, o que já foi utilizado das matas. Isto pode ser utilizado como referência do que existia de
128 mata em 1953. A drenagem, da forma como está colocada no ZEE está muito simplificada. Voltou a
129 lembrar que a escala a ser utilizada deve ser 1:10.000. Lembrou que o PDOT, quando foi apresentado
130 foi na escala de 1:2000, onde se pode ver o lote de forma mais minuciosa. Salientou que é importante
131 o ZEE mostrar o detalhe porque agora está entrando também a LUOS. Lembrou que também não viu
132 marcos referências do ZEE. É preciso apresentar. Citou que pode ser utilizado o Plano Estratégico da
133 Biodiversidade, o Decreto 5.756, da Abordagem Ecológica, Áreas Prioritárias para Conservação, e
134 outras legislações correlatas. Apontou no mapa área que seria prioritária para a continuação da
135 Reserva da Biosfera, apontada pelo Conselho Nacional de Reserva da Biosfera, para ser corredor e
136 juntar dando continuação à Reserva da Biosfera. Esta área o ZEE aponta como sendo área de
137 dinamização. Continuou apontando no mapa área colocada pelo Luiz Estevão para alocar 1.000.000
138 (um milhão) de pessoas. Lembrou que isto é passivo de ser judicializado. Salientou que em 1997 a
139 sociedade civil já provou que estas áreas não são necessárias, visto que estava prevista para 30 anos e
140 não foram ocupadas. Lembrou que existe área apontada pelo ZEE para dinamização que é
141 compromisso internacional pela Convenção da Diversidade Biológica – CDB, como área prioritária da
142 CDB. É fundamental que essa área seja revista e retirada pelo ZEE. Trata-se de área que é o principal
143 corredor, na frente do IBGE e Jardim Botânico. Chamou a atenção para o fato de que, da forma como
144 esta área da frente do IBGE já secou todas as nascentes e o ZEE está propondo colocar um milhão de
145 pessoas nessa frente. Lembrou ainda, que o ZEE não contemplou Sistemas de Áreas Protegidas e
146 corredores entre as UCs. Lembrou que este trabalho já foi feito por ela, onde está colocada toda a
147 fragmentação e, que este trabalho está disponibilizado para o ZEE usar. Quando o ZEE colocou o
148 mapa da fragmentação não colocou o efeito de borda. O inventário florestal diz que a média, 74% do
149 Cerrado que tem, são menos de 50 hectares e isto significa que, os fragmentos com os efeitos de borda
150 vão ser muito pior. Não está claro se o ZEE está falando de corredor para onça ou para marsupial. É
151 preciso esclarecer que tipo de corredor está sendo tratado. A conselheira sugeriu que nesses casos vale
152 a pena convidar especialistas para opinar e se propôs a ajudar. Lembrou que, quando o MMA
153 estabeleceu um modelo de ZEE a SAE/UnB, entre outras, trabalhavam para melhorar as metodologias
154 do ZEE no Brasil, por reconhecer as particularidades e diversidades das vastas regiões brasileiras. Por
155 razões orçamentárias do MMA isto parou de ser feito, estagnando a atualização das metodologias. Esta
156 é a razão pela qual o MMA tem diretrizes básicas, que atendem tanto um estado do tamanho do
157 Maranhão, como a Amazônia e o Distrito Federal. Contudo, considerando o tamanho do DF, isso nos
158 dá condição de ir além e dar um zoom para aprimorar a metodologia em relação ao ministério.
159 Salientou que é importante o ZEE apresentar as estações ecológicas. Questionou qual o critério
160 utilizado para a FLONA e parte da Ceilândia ser verde. Alertou para o fato de que o percentual de
161 Cerrado do ZEE não coincide com o percentual do Inventário Florestal feito pelo IBRAM. Tem áreas
162 que o ZEE aponta para dinamização, na cor laranja, que do ponto de vista do inventário está o
163 contrário. É preciso que o ZEE use o mesmo critério do serviço florestal brasileiro. A conselheira
164 lembrou que, quando o ZEE cruza as áreas de recarga, solos e contaminação, nas categorias 4 e 5, a
165 cor não poderia estar “cor de abóbora”. Então, fica claro que ela não poderia ser de dinamização. Por
166 exemplo: a ARIE do JK, que é ARIE prioritária do MMA, por meio de Decreto, que o próprio MP/DF
167 já está cobrando as áreas prioritárias. Outro exemplo são os três quilômetros da Reserva da Biosfera
168 do Cerrado que desaparece no ZEE. O Plano de Reserva da Biosfera do Cerrado exige que o
169 tamponamento exista e o ZEE pode ajudar nisto. O ZEE também não traz a questão das espécies
170 ameaçadas, contudo, tem áreas colocadas aqui que estão dentro de áreas de espécies ameaçadas de
171 extinção. A conselheira voltou a insistir na necessidade de considerar as metas de AICHE, visto que
172 elas vão até 2020. Lembrou que outro trabalho por ela elaborado foi o de UCs, que estão citados, mas

173 não foram usadas as metodologias. Exemplificou com a única área no DF que ainda há Cerrado
174 intacto, inclusive com estudos que apontam a possibilidade de um peixe endêmico, o ZEE aponta
175 como área de dinamização, que é a área de São Sebastião. Isto fere o compromisso das metas de
176 AICHE. A conselheira lembrou que existe uma metodologia de manejo florestal sustentável e que a lei
177 12.651/2012 coloca que o ZEE vai ser orientador de Reserva Legal e APP e esse ZEE não trouxe estas
178 orientações. A conselheira voltou a pedir que o ZEE seja apresentado em duas ou três escalas, na
179 escala que está, a de 1:10.000 e 1:2000, que possam subsidiar o licenciamento, a exemplo do que foi
180 feito no PDOT, visto que é obrigação do órgão ambiental. O presidente do Conselho agradeceu a
181 disposição da conselheira Mônica Veríssimo em fazer leitura e críticas tão contundentes do ZEE,
182 considerando a vasta experiência da conselheira nesse tipo de trabalho, de gestão e planejamento no
183 território. Lembrou que o ZEE traz muito mais um conceito programático do que normativo. Traz
184 diretrizes e horizontes para posteriormente, no programático, avançar por partes. O presidente lembrou
185 que a conselheira fez toda a sua análise baseada no macrozoneamento, que é a divisão do território em
186 duas zonas. Lembrou que se o ZEE fosse um corte e cola dos zoneamentos das UCs, ele seria
187 totalmente dispensável. Na medida em que se adentra cada Microzona é possível identificar, na Zona
188 de Diversificação, Áreas de Proteção Integral, todas as APPs, as Zonas de Vida Silvestre, etc. É
189 possível ver Zonas de Vida Silvestre dentro da Macrozona de Diversificação e Zonas de Proteção
190 Integral e as que devem ser recuperadas. Disse ver sentido em tudo que a conselheira destacou, mas o
191 ZEE deve ser complementado nas particularidades. É preciso olhar cada subzona e verificar se essas
192 considerações estão ou não contempladas nas diretrizes. Disse saber que há diretrizes que orientam
193 para atualizar planos de manejo que não estão condizentes com a realidade. Será necessário
194 implementar o plano de manejo da UC, referente à zona, por exemplo. Concordou com a conselheira
195 na questão das escalas de referência do ZEE: não dá pra falar de zona de tamponamento de UC nessa
196 escala que está apresentada, mas olhando pras subzonas, há diretrizes falando dessas Zonas. Se não
197 tiver é preciso inserir. Então são duas considerações gerais. O presidente lembrou que não possível
198 solucionar todos os problemas do desenvolvimento sustentável nesse instrumento, sobretudo numa
199 primeira fase, considerando que o ZEE é um programa e não um produto acabado. Com relação ao
200 cruzamento de ZEE com unidade de conservação o presidente salientou que isto precisa ser visto na
201 escala das subzonas e ser materializado e refletido nas diretrizes, inclusive diretrizes de revisão, por
202 exemplo, revisão de poligonal, que é o nosso maior desafio. A subsecretária de monitoramento Maria
203 Sílvia, pediu que os conselheiros olhem cuidadosamente a parte de diretrizes e que colaborem
204 orientando com indicadores fáticos que possam ser utilizados pelo ZEE, visto que este instrumento
205 não fornece este tipo de dados, que é fundamental para a qualificação do ZEE. O conselheiro
206 Mourão/Fórum de ONGs salientou que ao analisar o ZEE é preciso ter em mente a característica
207 principal desse instrumento, que é de apresentar a capacidade de suporte do território. O coordenador
208 geral de fiscalização do ICMBIO da APA do Planalto Central, Senhor Maurício Laxe, agradeceu o
209 convite para estar na reunião e solicitou que os dois conselhos convidem permanentemente o ICMBIO
210 para as reuniões deste conselho. Lembrou que há uma grande preocupação dele, em uma tratativa que
211 existe entre o IBRAM e o ICMBIO, de discutir a possibilidade de a APA do Planalto Central deixar de
212 ser APA Federal. Esclareceu que o que diferencia Brasília de outras cidades brasileiras é o fato de
213 áreas urbanas estarem cercadas de áreas rurais. Essa característica tem se perdido muito rapidamente.
214 Disse que gostaria de saber se este trabalho contempla a conservação dessa característica que
215 singulariza Brasília. Sugeriu que este Conselho enfrente a questão das ocupações irregulares, do
216 desmembramento e parcelamento. Lembrou que esta última se fortalece em dois pontos específicos:
217 dos muros e do fornecimento de energia. Reforçou as colocações do presidente de que, apesar do ZEE
218 ser um instrumento programático, só é possível êxito se for normativo. Destacou a importância do
219 ZEE materializar a questão dos corredores ecológicos mas salientou a preocupação de como isso se
220 relaciona com os conectores ambientais, a exemplo da mancha da ARIE JK e a APM Lajes do Jiboia.
221 Informou que o ICMBIO está elaborando o primeiro Plano de Proteção Ambiental Integrado, como
222 forma de atender a política distrital de meio ambiente. Este plano envolve a fiscalização,
223 monitoramento e combate ao fogo. Disse que o ICMBIO está trabalhando a fiscalização e o
224 monitoramento nesse momento. A ideia é construir o plano em conjunto com os atores envolvidos. A
225 conselheira /Regina Fittipaldi/Fórum de ONGs perguntou à coordenação do ZEE como está o
226 aparelhamento do governo, técnico, tecnológico e de infraestrutura, para combater os elementos que
227 contribuem para a degradação ambiental. Se não houver clareza de existência de estrutura mínima,
228 para promover o que o governo está propondo por meio desse instrumento ZEE, não haverá êxito. O
229 presidente do Conselho corroborou as palavras da conselheira Regina Fittipaldi, lembrando que este
230 assunto já foi pauta deste Conselho mais de duas vezes, exatamente porque o desejo deste Conselho é

231 que CONAM e CRH sejam o núcleo central de apropriação deste instrumento para implementar e
232 monitorar a política ambiental no DF. Em 2017 a SEMA realizará a Conferência Distrital de Meio
233 Ambiente com o olhar voltado para a política ambiental e socioambiental do DF, tendo como elemento
234 chave de discussão a capacidade de suporte de água. Se o ZEE for aprovado, será o elemento central
235 de discussão. Caso não seja aprovado, a conferência se configurará num processo de mobilização da
236 sociedade para apropriação desse instrumento. A SEMA deseja que o Fórum Mundial de Água seja
237 um movimento que mobilize a sociedade para o debate da água. O ZEE será um elemento de
238 mobilização da sociedade, seja para aprová-lo, seja para iniciarmos o processo de implementação do
239 ZEE. Afirmou que deseja levar para o Fórum Mundial da Água um detalhamento de implementação
240 do ZEE, embora, de apenas uma área de referência. O presidente voltou a sugerir ao conselho que seja
241 dedicado um momento para examinar a convergência das leis e normas de proteção da biodiversidade,
242 bem como, as diretrizes específicas por subzonas, numa escala mais aproximada. Pediu ainda que se
243 empenhem em averiguar como está estruturado, do ponto de vista do arranjo institucional, para que
244 possam responder se interessa criar mais um conselho para implementar o ZEE ou se será melhor
245 fortalecer os conselhos já existentes que já estão empoderados deste debate. O presidente disse preferir
246 que o ZEE seja regulamentado por Resoluções que por Decreto, visto que o primeiro, permite um
247 debate mais amplo e legítimo por envolver sociedade e governo. Salientou que, para a implementação
248 de um instrumento como o ZEE, o mais adequado é que estivesse vinculado à Secretaria de
249 Planejamento e a Secretaria de Meio Ambiente deveria ser colocada como a coordenação executiva do
250 instrumento, visto que é um instrumento de desenvolvimento. Contudo, a Secretaria de Planejamento
251 tem foco fiscal, razão pela qual, neste momento de construção, o ZEE tem mais propriedade com a
252 SEMA, mas chegará o momento dele migrar para a SEPLAG. A conselheira Maria Sílvia lembrou que
253 o primeiro texto formatado era bem mais complexo que o apresentado aqui. Na sua primeira
254 apresentação à Casa Civil, para apreciar o estilo da Redação Legislativa, duas coisas saíram: Foi
255 apresentado pela SEMA uma proposta de governança onde os três primeiros anos ficaria a cargo da
256 SEMA e depois migraria para a SEPLAG. O debate mostrou que a SEPLAG não estava preparada
257 para recepcionar o ZEE, embora ele faça referência à política de desenvolvimento do DF. Outra
258 proposta da SEMA era de que, para o Fórum Mundial, fosse feita uma avaliação da alocação
259 orçamentária e execução da LOA, para verificar se ela está compatível ou não com o desenho da
260 Subzona. Estes dois pontos foram retirados do texto por orientação da Casa Civil, e orientado a ser
261 inserido na Lei de Base Orçamentária - LBO. A lei orçamentária deve fazer referência ao ZEE para
262 que LOA possa absolvê-lo. Está sendo feito um estudo para definir como abordaremos este assunto na
263 LBO. A conselheira Regina Fittipaldi/Fórum de ONGs salientou que esse recuo tornou o documento
264 bem mais tímido. O ZEE enuncia diretrizes de governança que devem ser trabalhadas com foco no
265 conteúdo do documento e não no conteúdo de quem traz a discussão. Reforçou a tese de que é
266 necessário retomar a reflexão da governança para a apresentação dessa proposta. O presidente pediu
267 que fosse definida uma data, se possível, até a primeira quinzena de novembro, para duas reuniões:
268 uma com os membros de ambos os conselhos para fazermos esse olhar do ZEE e das diretrizes de
269 subzonas a luz da questão da biodiversidade e do Cerrado e das áreas protegidas, verificando a
270 convergência e as escalas e outra para a questão da governança. A conselheira Mônica
271 Veríssimo/Fórum de ONGs informou que está clara a tendência do Tribunal de Contas de recomendar
272 que os ZEEs, do Brasil inteiro, sejam alocados nas Secretarias de Planejamento, saindo das Secretarias
273 de Meio Ambiente. Quanto ao empoderamento do ZEE pela sociedade, a conselheira lembrou que as
274 experiências de outros países que deram certo, é trazer as instituições para conhecerem o ZEE, e não
275 de levar o ZEE para as instituições: por exemplo: trazer a Câmara Legislativa para conhecer o ZEE e
276 receber contribuições aqui. O presidente da reunião, acolhendo a sugestão da conselheira Mônica,
277 recomenda à coordenação do ZEE, que seja feita, ainda este ano de 2016, uma rodada de
278 apresentações e oficina do ZEE, para os Consultores Legislativos. A coordenação do ZEE deve enviar
279 convite aos Deputados Distritais para nomear seus assessores Legislativos para acompanharem ao
280 ZEE. Não havendo mais considerações, o Presidente agradeceu a todos pelas contribuições e encerrou
281 a reunião. A Ata será lida, aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes e, posteriormente,
282 publicada seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal.
283


ANDRÉ LIMA
SEMA

MARIA SILVIA ROSSI
SEMA

DIEGO BERGAMASCHI
SINESP


MAGAYVER DAYAN AFONSO SILVA
SES

MÁRCIO CAVALCANTE DE
VASCONCELOS
SSP

JOÃO CARLOS R.SOARES DA ROCHA
SEDES

VANDETE INÊS MALDANER
IBRAM

JANE MARIA VILAS BÔAS
IBRAM

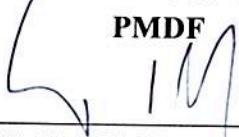


RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL
CAESB

MARIA DO CARMO M. CEZAR
CAESB

Cel QOPM ROGÉRIO B. DE MIRANDA
PMDF

ALBA EVANGELISTA RAMOS
ADASA



RAFAEL MACHADO MELLO
ADASA

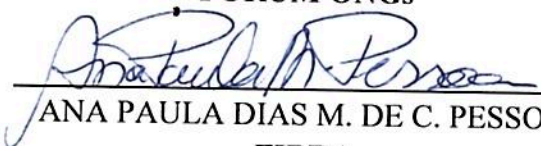


ALINE REZENDE PEIXOTO
IBAMA

IGOR MEDEIROS DA SILVA
ADASA

MÔNICA VERÍSSIMO DOS SANTOS
FÓRUM ONGs

MANOEL ALESSANDRO M. DE ARAÚJO
IBAMA/SUPES



ANA PAULA DIAS M. DE C. PESSOA
FIBRA



LUIZ ERNESTO B. DE MOURÃO SÁ
FÓRUM ONGs

CARLOS AUGUSTO G.S BAIÃO
FECOMERCIO



TEREZINHA LIMA
ÚNICA/DF